

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	15
HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 132/2023: A IMPLEMENTAÇÃO DE UM IVA-DUAL NO BRASIL E OS NOVOS PRINCÍPIOS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	17
<i>Eurico Marcos Diniz de Santi</i>	
<i>Lina Braga Santin Cooke</i>	
1 Introdução: uma retrospectiva cronológica das principais tentativas de reforma tributária até a promulgação da Emenda Constitucional 132/2023	17
2 A origem da PEC 45: o projeto “Nossa Reforma Tributária” do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas (NEF/FGV) e o Centro de Cidadania Fiscal (CCiF)	21
3 A Emenda Constitucional 132/2023 e os novos princípios introduzidos ao sistema tributário nacional	26
3.1 Simplicidade e transparência	27
3.2 Justiça tributária e atenuação dos efeitos regressivos	29
3.3 Cooperação	31
3.4 Defesa do meio ambiente	34
4 Conclusão	35
5 Referências	36
OS PRINCÍPIOS INSERIDOS NO ART. 145, §§ 3º E 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 132/2023	39
<i>Hugo de Brito Machado Segundo</i>	
Introdução	39
1 Os novos dispositivos enunciadores de princípios	40
2 Constitucionalização simbólica, ou “aula de religião”	41
3 São todos mandamentos de otimização	44
4 Simplicidade	45
5 Transparência	46
6 Justiça tributária	50
7 Cooperação	52
8 Defesa do meio ambiente	54
9 Neutralidade	56
Considerações finais	57
Referências	58

MATERIALIDADE DO IBS E DA CBS – NO ÂMBITO DOMÉSTICO E NA IMPORTAÇÃO	61
<i>Daniel Franco Clarke</i>	
<i>Thais Romero Veiga Shingai</i>	
1 Introdução	61
2 Materialidade no âmbito doméstico	62
3 Materialidade na importação	72
4 Comparativo internacional	75
5 Síntese e conclusão	77
6 Referências	78
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CRITÉRIO QUANTITATIVO DA CBS E DO IBS	81
<i>Carolina Romanini Miguel</i>	
1 Considerações sobre o critério quantitativo	81
2 A base de cálculo do IBS e da CBS	83
2.1 Inclusão de tributos na base de cálculo	85
2.2 Os descontos	87
2.3 Bonificações	89
2.4 Reembolsos e ressarcimentos	90
2.5 Operações não onerosas e o valor de mercado	91
2.6 Do arbitramento	93
3 As alíquotas da CBS e do IBS	95
3.1 Alíquota do IBS na EC 132/2023	95
3.2 Alíquota da CBS na EC 132/2023	97
3.3 As alíquotas na LC 214/2025	97
4 Conclusão	99
5 Referências	99
DESTINO DA OPERAÇÃO – LOCAL DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR DO IBS	101
<i>Thais Folgosi Françoso</i>	
<i>Richard Abecassis</i>	
1 O princípio do destino e o endereçamento dos problemas da sistemática tributária atual	101
2 A definição do local da ocorrência do fato gerador do IBS	107
3 Os desafios do princípio do destino na sistemática brasileira	112
4 Referências	117

AS NOVAS HIPÓTESES DE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA NA REFORMA TRIBUTÁRIA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	119
<i>Ariane Costa Guimarães</i>	
1 Introdução	119
2 Os parâmetros normativos da responsabilização tributária	123
2.1 A capacidade contributiva e a justiça fiscal	123
2.2 A veiculação de sujeição passiva por lei complementar	127
2.3 A proporcionalidade, a razoabilidade e a capacidade colaborativa na instituição de hipóteses de responsabilização tributária	131
3 As novas hipóteses de responsabilização tributária à luz dos parâmetros constitucionais	134
3.1 A responsabilização de plataformas	135
3.2 Aquisição, importação, recebimento, dar entrada ou saída ou manutenção de bem ou tomada de serviço não acobertado por documento fiscal idôneo	138
3.3 Transporte de bens ou serviços postais desacompanhados do documento fiscal idôneo	139
3.4 Leiloeiro	140
3.5 Desenvolvedores ou fornecedores de programas utilizados para registro de operações com bens ou serviços que estejam em desacordo com a legislação tributária	141
4 Conclusões	142
○ MECANISMO DO <i>SPLIT PAYMENT</i> NA REFORMA TRIBUTÁRIA	145
<i>Alex Sandro Kuhn</i>	
<i>Ângelo de Angelis</i>	
1 Introdução	145
2 O modelo operacional do IBS/CBS	147
3 O <i>split payment</i>	151
3.1 Vendas parceladas e liquidação financeira antecipada no <i>split payment</i>	153
3.2 Outros pontos de destaque na LC 214/2025	155
3.3 O recolhimento pelo adquirente	155
3.4 O recolhimento pelo responsável	155
3.5 Breves considerações sobre os modelos de <i>split payment</i> relatados pela Deloitte	156
4 Conclusões	157
5 Referências	158

COMENTÁRIOS INICIAIS SOBRE O PRINCÍPIO DA NÃO CUMULATIVIDADE NO CONTEXTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA SOBRE O CONSUMO	159
<i>Adriana Stamato</i>	
<i>Daniela Seabra</i>	
1 Introdução	159
2 Do princípio da neutralidade tributária	160
3 Da não cumulatividade plena do IBS e da CBS	162
4 Das hipóteses de restrição à não cumulatividade do IBS e da CBS	164
4.1 Dos bens de uso e consumo pessoal	164
4.2 Das demais hipóteses previstas na CF	166
4.2.1 Operações imunes ou isentas	166
4.2.2 Regimes específicos	167
5 Outras hipóteses de relativização do princípio da não cumulatividade trazidas pela LC 214/2025	172
5.1 Da restrição do direito ao crédito condicionado ao pagamento do IBS e da CBS na operação anterior	172
5.2 Da necessidade de estorno dos créditos em casos fortuitos	175
6 Conclusão	176
A REFORMA TRIBUTÁRIA E O SETOR FINANCEIRO	179
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
<i>Arthur Ridolfo Neto</i>	
1 Introdução	179
2 A tributação do setor financeiro antes da EC 132/2023	180
3 A tributação do setor financeiro após a EC 132/2023 e a LC 214/2025	183
4 Conclusões	188
○ REGIME ESPECÍFICO DAS OPERAÇÕES COM BENS IMÓVEIS NO CONTEXTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO	189
<i>Renato Vilela Faria</i>	
<i>Cristiano Araújo Luzes</i>	
Considerações iniciais	189
1 Princípio da neutralidade e aspectos constitucionais do regime específico de operações com bens imóveis para o IBS e a CBS	194
2 Regime específico de bens imóveis na Emenda Constitucional n. 132/2023	197
3 Hipótese de incidência do IBS e da CBS na Lei Complementar n. 214	200
4 Base de cálculo e alíquotas	205
5 Regras específicas da construção civil	210

6 Reforma tributária, bens imóveis e planejamento sucessório	214
Síntese conclusiva	224
IBS/CBS E O REGIME ESPECÍFICO DE TRIBUTAÇÃO PARA COMBUSTÍVEIS	227
<i>Felipe Kertesz Renault</i>	
<i>Gustavo da Gama Vital de Oliveira</i>	
1 Introdução	227
2 Regime específico de combustíveis: abrangência, alíquotas e base de cálculo	228
3 Regime específico de tributação dos combustíveis e direito ao crédito	233
4 Considerações finais	243
5 Referências	244
○ AGRONEGÓCIO NA REFORMA TRIBUTÁRIA	247
<i>Marcelo Guaritá Borges Bento</i>	
1 Introdução	247
2 Atual tributação sobre o consumo no agronegócio	249
3 O agronegócio na reforma tributária	253
4 Conclusão	272
5 Referências	273
REGIMES DIFERENCIADOS NA EC N. 132/2023 E NA LEI COMPLEMENTAR N. 214/2025 – COM UM OLHAR ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE	275
<i>Renato Nunes</i>	
1 Introdução	275
2 Isonomia tributária – uniformidade x diferenciações	277
2.1 Capacidade contributiva nos tributos sobre consumo – regime atual x IBS e CBS	278
2.2 Seletividade em função da essencialidade no IBS e na CBS	280
3 Regime diferenciado de IBS e CBS	284
4 Regime diferenciado de IBS e CBS para serviços de educação	291
5 Regime diferenciado de IBS e CBS para a cadeia da saúde	293
5.1 Regime diferenciado de IBS e CBS para saúde na Lei Complementar n. 214/2025	296
5.1.1 Serviços de saúde	296
5.1.2 Dispositivos médicos	297
5.1.2.1 Telessaúde	299
5.1.3 Medicamentos	299
6 Conclusões	301

○ TRATAMENTO DOS CRÉDITOS PRESUMIDOS NA REFORMA TRIBUTÁRIA	303
<i>Antonio Carlos Guidoni Filho</i>	
<i>Carla Tredici Christiano</i>	
1 Introdução	303
2 Fundamentação constitucional e legal	304
3 Regimes específicos e diferenciados na reforma tributária e o papel do crédito presumido	308
3.1 Regimes específicos	308
3.2 Regimes diferenciados	309
3.2.1 O papel do crédito presumido no contexto dos regimes diferenciados	309
4 Crédito presumido para atividades específicas	310
4.1 Produtores rurais	310
4.2 Regime tributário para cooperativas	311
4.3 Crédito presumido para serviços de transporte de carga por transportadores autônomos	311
4.4 Crédito presumido para resíduos e materiais destinados à reciclagem	312
4.5 Crédito presumido para revenda de bens móveis usados	313
4.6 Crédito presumido na indústria automotiva	313
4.7 Crédito presumido na Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	316
4.7.1 Crédito presumido nas Áreas de Livre Comércio (ALCs)	318
5 Crédito presumido e sua consideração na fixação da alíquota de referência	319
6 Crédito presumido na transição do PIS/Pasep e da Cofins para a CBS	320
7 Conclusão	323
8 Referências	324
A ZONA FRANCA DE MANAUS NA EMENDA CONSTITUCIONAL 132/2023 E NA LEI COMPLEMENTAR 214/2025	325
<i>Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho</i>	
Introdução	325
1 “Zonas francas”: definição e características	326
2 A Zona Franca de Manaus	328
3 A proteção constitucional à ZFM	330
4 A ZFM na EC 132/2023	331
4.1 Manutenção do diferencial competitivo da ZFM	331
4.2 Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas	332
4.3 Inaplicabilidade de certas regras do IBS e da CBS	333
5 A ZFM na LC 214/2025	333
5.1 Suspensão/isenção do IBS e da CBS nas importações	333
5.2 Crédito presumido de IBS	334
5.3 Alíquota zero do IBS e da CBS	336

5.4 Contribuições de contrapartida	337
Conclusão	338
Referências	339
O REGIME DO SIMPLES NACIONAL NA REFORMA TRIBUTÁRIA: ANÁLISE DA EMENDA CONSTITUCIONAL 132/2023 E DA LEI COMPLEMENTAR 214/2025	341
<i>Susy Gomes Hoffmann</i>	
1 Introdução	341
2 O Simples Nacional e a Emenda Constitucional 132/2023	341
3 A Lei Complementar n. 214/2025 e os seus dispositivos aplicáveis ao Simples	343
4 Os impactos para as empresas do Simples que optarem por serem contribuintes regulares do IBS e da CBS	345
5 Conclusão	347
ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO: COMITÊ GESTOR, HARMONIZAÇÃO DO IBS E DA CBS E FISCALIZAÇÃO	349
<i>Luiz Roberto Peroba</i>	
<i>Alice Marinho</i>	
1 Introdução	349
2 As competências do CG-IBS e seu papel na uniformização e harmonização de normas relativas ao IBS e à CBS	351
3 Mecanismos de harmonização do IBS e da CBS	355
4 Procedimentos de fiscalização do IBS e da CBS	360
5 Conclusão	364
A PROPOSTA DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO NA REFORMA TRIBUTÁRIA E OS DESAFIOS DO FEDERALISMO COOPERATIVO NO BRASIL	367
<i>Susy Gomes Hoffmann</i>	
1 Introdução: o federalismo cooperativo no Brasil e os desafios da reforma tributária	367
2 Federalismo cooperativo e princípios constitucionais: fundamentação e desafios	369
2.1 Federalismo cooperativo e autonomia federativa no contexto brasileiro	369
2.2 A reforma tributária e a Emenda Constitucional 132: princípios da cooperação e da simplicidade	370
3 Breves considerações sobre o Comitê Gestor do IBS (CG-IBS)	371
3.1 Competências e funções do CG-IBS	371
3.2 Comparação com o CARF e a necessidade de integração com a Administração Tributária Federal	372

4 Sistema processual administrativo tributário unificado: vantagens e implicações para o federalismo cooperativo	373
4.1 Segurança jurídica e previsibilidade para o contribuinte	373
4.2 Redução de custos e eficiência operacional	374
4.3 Simplificação para o contribuinte e acessibilidade ao sistema do processo administrativo tributário	374
5 Críticas ao modelo do PLP 108/2024 e propostas de melhorias	375
5.1 Estrutura excessiva e custos elevados	375
5.2 Autonomia dos julgadores e judicialização excessiva	376
6 Propostas de aperfeiçoamento do modelo do CG-IBS e do sistema de julgamento dos processos administrativos tributários da CBS e do IBS	376
6.1 Estrutura regionalizada e representatividade federativa e integridade do processo administrativo tributário do IBS e da CBS	376
6.2 Alteração da estrutura do Tribunal para que as Câmaras sejam instaladas nas regiões do Brasil, autonomia dos julgadores, rito processual, processo tributário sobre o crédito, escolha dos julgadores, destinação do valor das multas	378
7 Conclusão: caminhos para um sistema processual administrativo eficiente na reforma tributária	380
8 Referências	381
EMENDA CONSTITUCIONAL 132/2023 E AS NOVAS DIRETRIZES DO ITCMD	383
<i>Camila Abrunhosa Tapias</i>	
<i>Tais Capitano</i>	
Introdução	383
1 ITCMD e bens localizados no exterior	384
2 ITCMD e local de abertura do inventário	388
3 ITCMD e progressividade	390
4 ITCMD e novas imunidades	391
Conclusão	392
Referências	393
SÉRIE “CURSOS DE EXTENSÃO DA APET”	395